

Creche ameaçada em Diadema



Da. Elide, fundadora e presidente, explica a causa da campanha difamatória

O Lar Bom Samaritano, creche inaugurada em Diadema há mais de oito anos e que abriga 50 crianças entre um e seis anos de idade, vem sofrendo séria campanha por parte de elementos que não se identificam e pleiteiam à Prefeitura até mesmo o seu fechamento.

Tudo começou nos últimos dias com a demissão de duas funcionárias, que, segundo a presidente da entidade e fundadora, dona Elide Sarno Apolloni, foram despedidas por motivo justo "visto que não se enquadravam na filosofia de trabalho da creche".

As demitidas, conta a presidente, vinham há muito tempo desrespeitando as normas da direção, agindo como bem entendiam. A crise começou na semana passada, quando dona Elide encontrou um funcionário da Prefeitura de Diadema e quis saber se suas filhas estavam sendo bem atendidas na creche. Com muita sinceridade, o funcionário disse que não gostava da creche e muito menos de seus métodos de trabalho, pois sua filha, que lá estivera internada, fora violentamente beliscada por duas funcionárias, que lhe deixaram uma marca no rosto.

Elide averiguou as autoras do "ato selvagem" e, descobertas, resolveu demiti-las. Imediatamente teve início uma campanha de difamação

no Município de Diadema contra a creche, que criou uma imagem muito negativa da instituição.

A presidente acredita que quem está fazendo essa publicidade negativa da creche são pessoas com objetivos políticos, "interessadas em meter a mão na entidade, custe o que custar". Aliás, assegura, essa não seria a primeira vez. Fato semelhante aconteceu há anos, quando, por motivos semelhantes, várias pessoas tentaram jogar o povo contra a creche.

SEM MOTIVOS

"As funcionárias demitidas — assegura Elide — não podiam mais continuar na creche, pois não respeitavam as normas que estabelecemos, fazendo sempre as coisas como melhor lhes aprouvesse." Como não se enquadravam no sistema de trabalho, Elide Sarno Apolloni resolveu dispensá-las, respeitando, todavia, os direitos trabalhistas.

"Agora — explica — a entidade vem sendo pressionada de uma forma muito forte por elementos que estão interessados até mesmo em seu fechamento, fato que eu não admito, pois a creche foi criada e construída graças ao trabalho abnegado de um grupo de senhoras que não mediram esforços para vê-la funcionando."

A CRECHE

Fundada em 1973, a creche desenvolveu um trabalho constante com crianças carentes, recebendo apenas o auxílio de algumas empresas e da Legião Brasileira de Assistência. Mas a maior parte da contribuição era dada pelas colaboradoras tradicionais, que lutam pela entidade desde a sua inauguração.

Atualmente, a creche abriga 50 crianças, mas, se as obras de construção do prédio forem concluídas, diz da. Elide que o número de assistidos poderá dobrar, recebendo especialmente menores com idades de zero a um ano, faixa que ainda não está sendo atendida por falta de condições.

A presidente e fundadora da creche afirma que as pressões que vem recebendo não vão tirar o ânimo e a vontade de servir do pessoal. "Nós estamos dispostas a tudo — garante — e desafiamos qualquer adversidade. Afinal de contas, temos oito anos de experiência, fazendo o bem com amor e honestidade, virtudes que manteremos sempre. O que reclamamos é contra a injustiça que estão fazendo, pois se trata de uma grande deslealdade contra quem se dedica a um trabalho sério como o nosso."

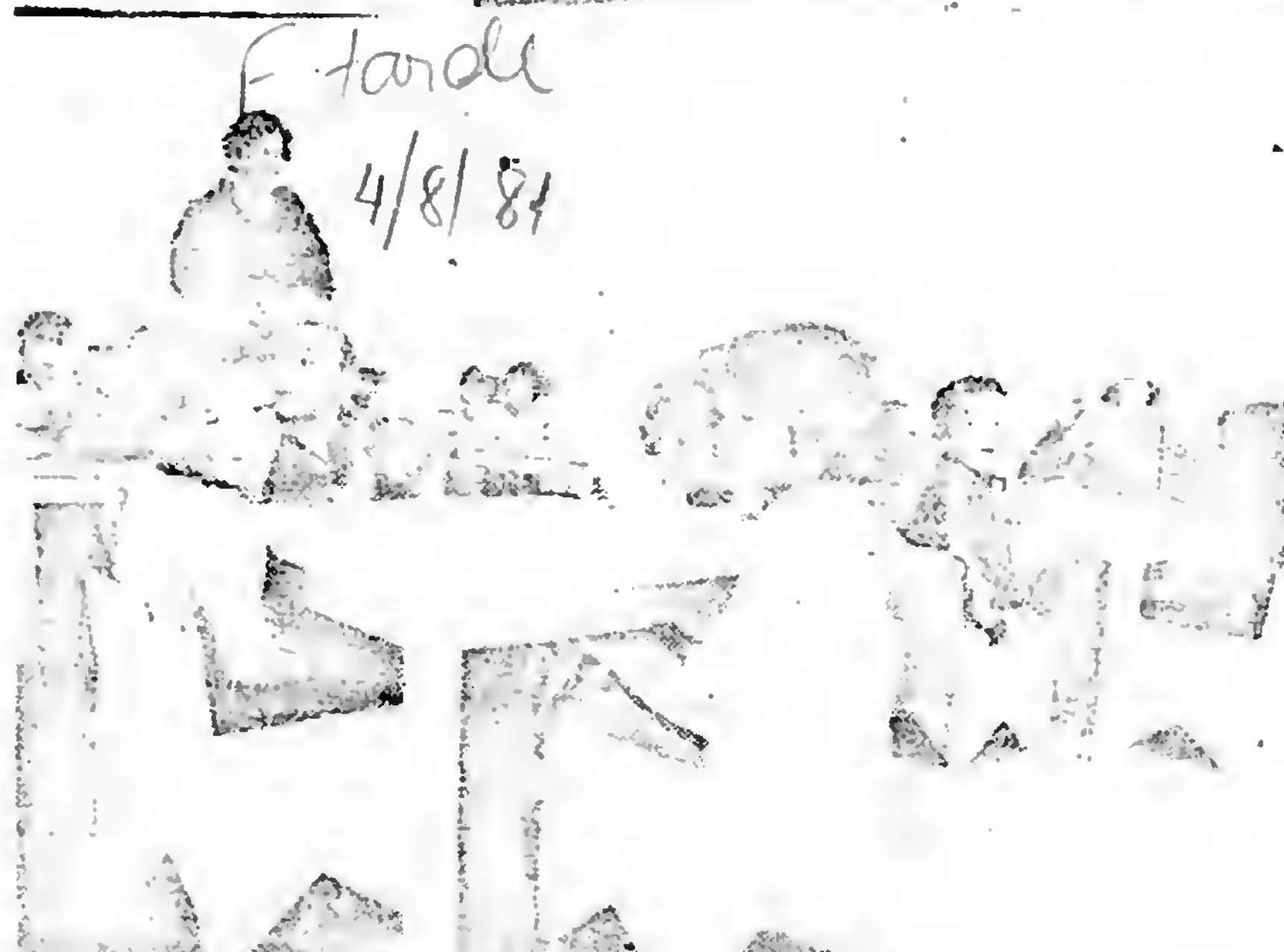
Creche de Diadema liberta-se das pressões

Já está resolvido o problema ocorrido, na semana passada, com o Lar Bom Samaritano, creche que há mais de oito anos abriga 50 crianças em regime de semi-internato, em Diadema. A entidade vinha sofrendo uma campanha por parte de pessoas não identificadas e as mães das crianças, sem saber o que se passava, na última sexta-feira chegaram a pedir, na Prefeitura local, até o fechamento da casa.

Ontem de manhã, o chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Diadema, Ademar Michels, realizou uma visita ao Lar e reuniu-se com a fundadora e presidente da entidade, Elide Sarno Appoloni. Ficou esclarecido que o incidente de sexta-feira — quando a creche deixou de abrir porque um dos funcionários havia esquecido as chaves — não tinha relação alguma com o fechamento da casa.

Segundo o chefe de gabinete, na tarde daquele dia, um grupo de cerca de 20 mães o procurou na Prefeitura pedindo esclarecimentos sobre o fechamento. Uma das mães disse "que quando levamos nossos filhos, uma funcionária explicou que a creche não funcionaria mais, porque seria aberta, no local, uma avenida". O grupo foi, então, à Prefeitura solicitar ao menos um prazo de duas semanas para que pudessem arrumar outro lugar onde deixar as crianças.

Imediatamente, Ademar Michels procurou a presidente da entidade e foi informado de que tudo não passava "de uma campanha difamatória contra a casa, que partiu provavelmente de duas ex-funcionárias", conforme assinalou Elide. Muito nervosa, ela explicou que os boatos partiram



A creche abriga 50 crianças, de um a seis anos

das duas demitidas, "que foram dispensadas por motivo justo, já que não se enquadravam na filosofia da casa".

Segundo a presidente, as ex-funcionárias cujos nomes não quis citar — "já há muito tempo vinham desrespeitando as normas da casa. Se eu pedia que, no jantar, fosse servida uma sopa, elas ofereciam chá com bolachas às crianças. E is-

to é apenas um exemplo da falta de respeito as normas".

A crise começou há cerca de dez dias, quando Elide, casualmente, encontrou um funcionário municipal e quis saber porque, naquele semestre, não havia deixado suas filhas na creche, como vinha fazendo há tempo. O funcionário, então, disse que o local não servia para seus filhos porque ele não

concordava com os métodos de trabalho. E ressaltou ainda que uma das crianças havia, certa vez, voltado para casa com um grande hematoma no rosto, provocado por um beliscão de uma funcionária.

Elide Sarno Appoloni resolveu, então, demitir duas funcionárias envolvidas e, a partir desse ato, iniciou-se a campanha difamatória contra o Lar Bom Samaritano.

"Dou mais atenção a esta casa do que à minha. Não é justo que, após anos de trabalho, lutando com muita dificuldade para sobreviver, eu veja todo um ideal desmoronar por causa de fofocas, boatos e denúncias sem fundamento. Eu não posso admitir — afirmou Elide — que o nome da entidade seja denegrido desta forma, diante da sociedade e, especialmente, diante da Prefeitura, que nos cedeu o terreno". Faz questão de frisar, ainda, que "desde que assumi esta incumbência, há cerca de oito anos, jurei fazer de tudo para levar o bom nome da entidade adiante e o possível para proporcionar mais conforto às crianças aqui internadas. E não vai ser por causa de uma campanha sem fundamento que vou parar".

Hoje, o Lar Bom Samaritano, localizado na rua São Rafael, 299, no município de Diadema, abriga 50 crianças de ambos os sexos, de um a seis anos de idade. Mas Elide pretende conseguir auxílio de indústrias e comerciantes locais, para a construção de uma nova ala, desta vez para abrigar crianças com menos de um ano. Atualmente, além de ajuda de apenas três empresas da cidade, o Lar recebe uma pequena dotação da Legião Brasileira de Assistência e Conselho Estadual de Auxílios Subvenções.

CANDIDATOS ÀS CRECHES:

COBES DIVULGA MATÉRIAS

Desde ontem e até o próximo sábado, a Coordenadoria do Bem-Estar Social estará divulgando, através do "Diário Oficial" do Município, a relação de matérias sobre as quais versarão as provas escritas marcadas para o dia 23, quando serão selecionados 2.200 candidatos, dos 42.572 inscritos, para trabalharem nas creches da Prefeitura.

Em breve serão conhecidos também os locais e horários das provas escritas, que terão questões específicas para cada

uma das funções a serem exercidas nas creches municipais: auxiliar de diretor de creche; auxiliar de enfermagem; assistente de administração; atendente de enfermagem; professor de educação infantil; pajem; cozinheiro; auxiliar de cozinha; serviçal 1 (faxineiro, lavadeira e passadeira) e serviçal 2 (contínuo, porteiro, guarda) e zelador.

Além dos itens específicos, as provas procurarão verificar também o domínio da redação e na execução de cálculos e

operações numéricas. Somente os inscritos a cargos de atendente de enfermagem e pajem não serão submetidos a questões de cálculo e operações numéricas.

F. Tardelli

RETORNO AOS POSTOS

5/8/81

Todos os candidatos deverão retornar aos postos em que fizeram sua inscrição entre os próximos dias 18 e 21 para retirarem o respectivo Cartão de Informação Para o Candidato.

Os resultados das provas serão divulgados no dia 10 de setembro, sendo considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 pontos. A classificação se dará por ordem decrescente de valor da nota da prova escrita, por função, dentre os inscritos numa mesma supervisão regional. No caso de empate, terá prioridade o candidato que for servidor municipal; casado ou viúvo, com maior número de filhos menores de 18 anos; casado; ou de maior idade.

Não haverá revisão de provas, mas os candidatos terão dois dias, após a divulgação dos resultados, para entrarem com recursos junto à Coordenadoria do Bem-Estar Social, na rua Pedro de Toledo, 1.529. Auxiliar de diretor de creches e auxiliar de enfermagem são as funções em que os aprovados perceberão os salários mais altos (Cr\$ 26.909,54), enquanto os que conseguirem um lugar de serviçal 1 ficarão com os salários mais baixos (Cr\$ 10.270,00).

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DA PAZ*
Data: *05/08/81*
Pág. *13*

Pasta n.º

N.º do recorte

**Informações
sobre concurso
para creches**

O Diário Oficial do Município iniciou ontem a divulgação de matérias sobre as quais versarão as provas do concurso de admissão de pessoal para as creches da Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura, que tem 42.572 inscritos, em disputa de 2.200 vagas.

As creches (e as vaias ao prefeito)

O auditório do gabinete do prefeito foi totalmente tomado no último dia 22 de julho por 500 mães do Movimento de Luta por Creches que foram levar a Reynaldo de Barros as suas reivindicações.

Com muitas faixas e cartazes, comissões de 40 bairros de São Paulo cobraram do prefeito a construção e funcionamento das 830 creches prometidas no início de sua administração, a participação das Comissões de Creches de cada comunidade na escolha de funcionários e na administração das creches, alimentação dos funcionários no local de trabalho e melhoramentos na construção dos prédios. Neste aspecto, as comissões trouxeram várias denúncias a respeito da má qualidade do material utilizado para a construção, bem como aos critérios técnicos que não obedeceram normas de saúde e segurança das crianças.

Dizendo serem as creches "coisa nova na Prefeitura" e enfatizando que está "sempre em contato com o povo", o prefeito declarou que não existe legislação que o obrigue a dar satisfações na escolha de funcionários. De acordo com o sistema até bem pouco usado, os candidatos eram selecionados pelos próprios funcionários das supervisões regionais da COBES (SURs) e as comissões participavam na escolha desses candidatos. Dessa forma, os funcionários eram pessoas com um grau de identidade com a população do bairro e nelas as mães depositavam uma dose de confiança, já que participavam no processo de seleção. Agora o movimento denunciou a tramitação de um projeto de lei na Câmara a partir do qual está prevista "a nomeação, sem concurso ou seleção de qualquer espécie, de 300 diretoras de creches". Além disso, denunciaram também o tráfico de influência que, a exemplo de uma creche em Ponte Rasa, fez com que muita gente desistisse de fazer inscrição porque só es-

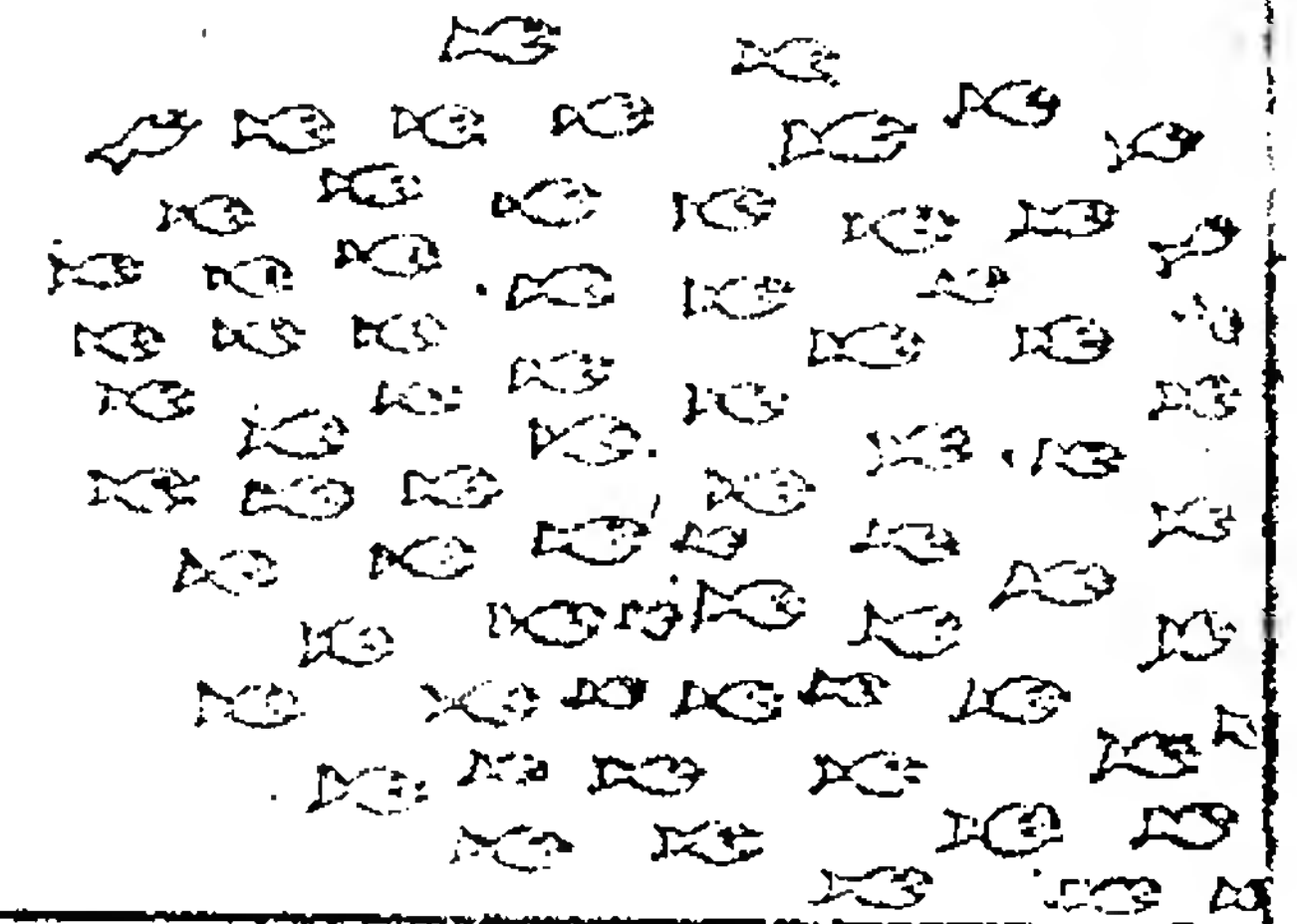
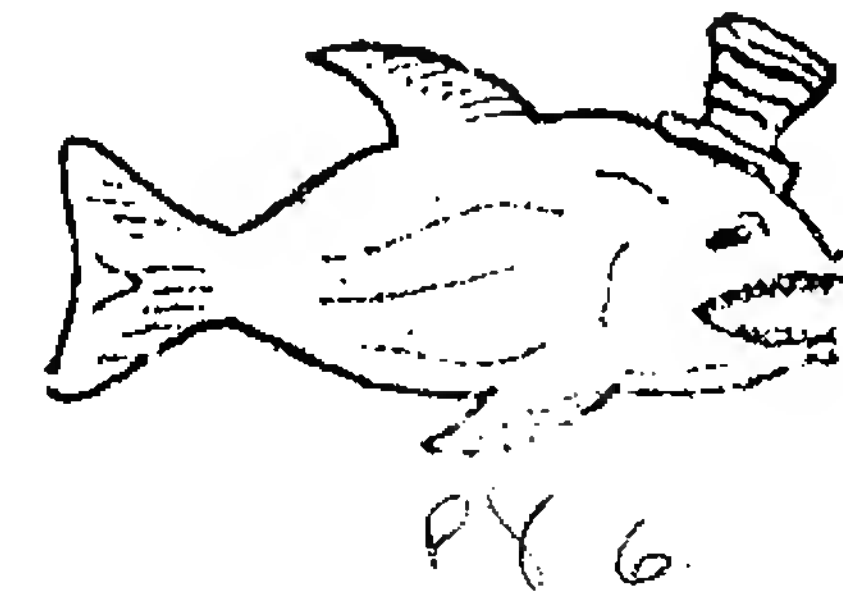
tava sendo colocado quem trouxesse carta de apresentação de políticos.

Mas o prefeito Reynaldo de Barros afirmou que "não aceita influências políticas de nenhum lado" e que quer "colocar gente competente, da maior categoria possível, para cuidar das crianças". E levou uma grande vaia quando continuou o discurso, acrescentando que a responsabilidade de colocar diretores é dele e que não ia "abrir mão dessa prerrogativa, colocando nas creches gente que não conheço". Do auditório muitas mães gritavam que "confiança nos funcionários quem tem de ter somos nós, pois os filhos são nossos".

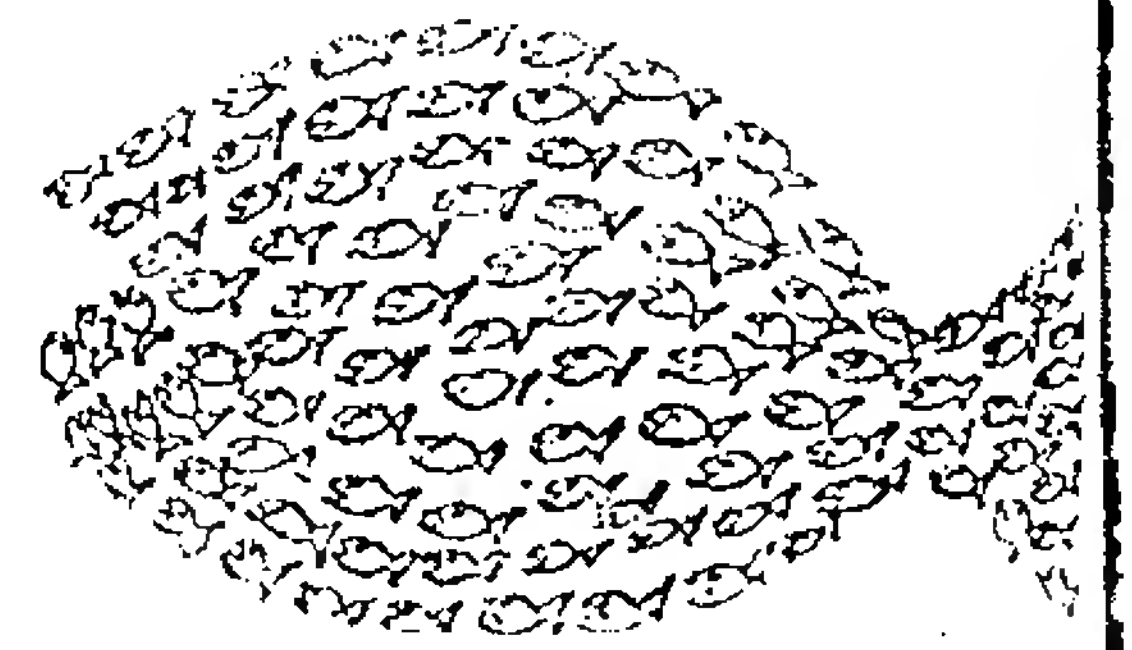
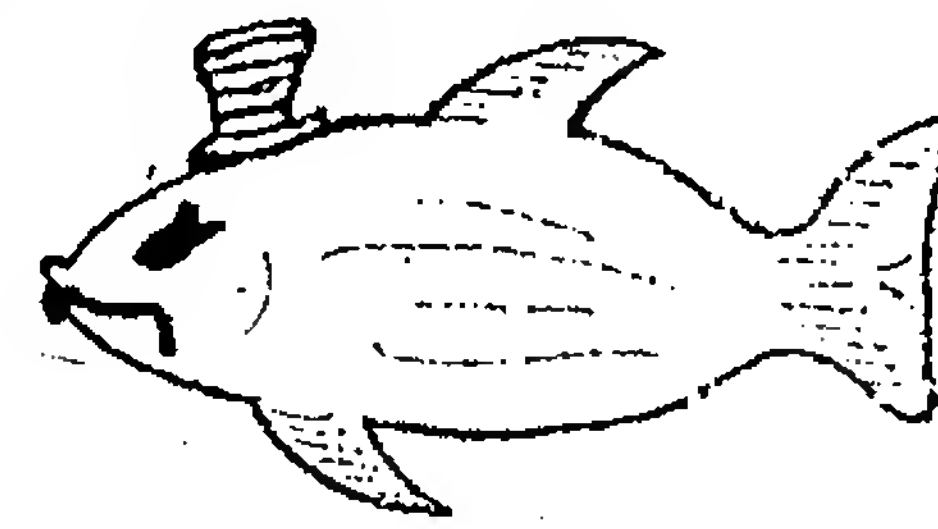
As vaias, porém, continuaram quando a comissão, reclamou da alimentação das crianças e para os funcionários (que geralmente não têm horário de refeições e que não as têm mais fornecidas pela Prefeitura). O prefeito apressou-se em dizer que a "ração era a mais correta possível" e o protesto foi geral, fazendo com que ele trocasse o termo por "refeição". Continuou argumentando que "as refeições são preparadas por gente especializada da Prefeitura" e que a alimentação dos funcionários "é coisa que precisamos estudar porque o dinheiro é limitado".

SEGURANÇA E SAÚDE

As reivindicações voltadas às falhas de construção dos prédios onde funcionam as creches irritaram o prefeito: "Se eu começar a sofisticar as que estou construindo, não tenho dinheiro para fazer todas". Mas as comissões, mesmo assim, apresentaram denúncias: não há azulejos nas paredes nas salas de troca, nos banheiros, lavanderia, dispensa e cozinha; o lactário deve ser separado da cozinha; há necessidade de piso vinílico (mais higiênico) nas salas de atividades, nos berçários, enfermaria, na Creche do Parque Casa das Pedras (Jardim Joamar), o piso é extremamente úmido



②



②

e chega a verter água na sala de recreação e no berçário. As edificações causam insegurança, havendo rachaduras nas paredes de muitos prédios, além das instalações hidráulicas e sanitárias serem de má qualidade ou estarem entupidas.

O Movimento de Luta por Creches reivindicou também a colocação de funcionários na proporção da quantidade de crianças atendidas, pois a redução do quadro por creches tem provocado deficiências, já que se torna impossível seis pajens atenderem 70 crianças. O ideal seria, segundo as comissões que a Prefeitura de São Paulo tomasse as creches que estão sendo construídas em Campinas como modelo — em dimensão e instalações os resultados tem sido satisfatórios e o movimento em São Paulo apresentou a planta com sugestão para novas implantações.

Para Maria Helena Proshi, coordenadora do movimento, os resultados dessa audiência não foram tantos

quanto o movimento por Creches esperava, mas ela mostra entusiasmo. "Vamos continuar insistindo nas creches prometidas, em vez das que eles querem entregar, e saber que podemos conseguir porque gastando em viagens, banquetes e dalhas", afirmou. "Vamos continuar insistindo também na questão de eleição dos funcionários e poder mostrar que não há participação política em nosso movimento, o prefeito quis dizer. Aceitamos colaboração de dois deputados e deionistas que se propuseram a car esta reunião porque se não viesse, não conseguiria".

A maioria das mães preferiu a posição do prefeito, mas todas mostraram "muita" paixão para ficar de braços cruzados. Depois da avaliação dessa audiência, como prevê a coordenação do movimento, "a gente volta a" (Lucia Maria Dias).

Assembléia de CEBs

"Assembléia é uma reunião do povo onde todos têm vez e voz. Todos podem se manifestar, são ouvidos e valorizados".

Dentro deste espírito, ocorreu a 1.ª Assembléia Geral das CEBs de Jardim Jacira, Jardim Sonia Maria, Parque São Lourenço, Cidade Santa Júlia, Jardim Santa Júlia (loteamento novo) e Bairro do Crispim, do Embu-Guaçu. O encontro se deu no dia 21 de julho, mas, anteriormente, houve muita preparação através de reuniões nas próprias comunidades e uma mini-assembléia.

A reunião geral ocorreu na Sede da Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Jacira, principiada com uma oração. Em seguida, houve uma colocação sobre a "Igreja, Ontem e Hoje" e sobre os cristãos que permanecem crianças, como diz a carta dos hebreus (Hb 5, 13): "alimentando-se de leite e são incapazes de compreender uma doutrina profunda". Em pequenos grupos, conversaram sobre os sinais de "infância" nas comunidades, e como fazer para passar do "velho" para o "novo", do "leite" para o "alimento sólido" (Hb, 5, 14).

Refletiram também sobre como viver hoje a Igreja dos Atos dos Apóstolos (2, 42-47); Igreja que nasce da Palavra de Deus; Igreja do Encontro; Igreja que reparte o Pão; e Igreja Orante.

Houve um almoço comunitário, em ambiente fraterno, e a tarde foi dedicada ao tema "ser discípulo de Jesus". Uma das conclusões a que os participantes chegaram foi a de que seguir os passos do Mestre não é viver isolado ("eu e meu Deus"): "A palavra de Deus nos leva à comunidade. É em torno da Palavra e à sua Luz que os cristãos se reúnem para partilhar a vida".

Encontro sobre saúde

O Grupo de Assistentes Sociais Cristãos (GASC) realizou um Encontro sobre saúde, no dia 4 do corrente mês, no Colégio São Luís, com a participação de Assistentes Sociais que atuam em Hospitais, Ambulatórios, Centros, Postos de Saúde e outras instituições ligadas à área de saúde.

O programa constou de palestras proferidas pelo Professor Doutor José da Silva Guedes e pela Assistente Social Maria do Carmo Garaldi Scabia. Houve debates em grupos de reflexão e um painel, onde foram apresentadas as conclusões finais. Entre estas destacam-se o papel das assistentes sociais na conscientização e mobilização das comunidades em relação aos seus direitos à saúde.

(Grupo de Assistentes Sociais Cristãos)

Em tempo 23/7 a 6/8/81

Mulheres

A esquerda tradicionalmente afirma que temas como sexualidade não interessam à mulher da periferia. Hoje, especialmente aquelas que pretendem ver o movimento de mulheres diluído em bandeiras ditas "mais gerais", são enfáticas em cortar o tema sexo, em nome da urgência da carestia ou da Constituinte. Um curso realizado por petistas num bairro periférico de São Paulo, com mulheres de metalúrgicos e de trabalhadores da construção civil, provou exatamente o contrário.

O POVO QUER SEXO

Por Maria Tereza Verardo e Marília Carvalho

"Se o curso ajudou nas minhas relações? Ajudou, sim. Isso que vocês falaram da gente conversar com o marido se está gostando ou não. As vezes ele estava fazendo alguma coisa e parava. Podia ter continuado mais tempo, mas eu ficava quietinha (ela se encolhe). No começo do meu casamento eu não tinha prazer. Depois veio. Parou. É uma coisa que varia".

"Eu só conhecia uma amiga, aqui do pessoal. No começo foi muito difícil falar. Mesmo com minhas amigas eu só falo dessas coisas com aquelas muito chegadas. Com meu marido eu conversei. Eu tenho mais vergonha do que ele para falar. Na minha família não se falava nunca. Minha mãe sabia muito pouco e mesmo o que sabia não falava. Ela é da roça. Quando eu via que elas estavam conversan-

do, ficava ouvindo no cantinho, mas logo levava uma bronca".

"Eu tomava comprimido. Parei em abril e engravidei. Mas perdi a

criança em julho. Em novembro engravidei de novo e com quatro meses tornei a abortar. O segundo em um ano. O médico diz que eu

estou com o útero virado. Fiquei quatro dias no hospital, tomando um tanto de coisas. Uma quantidade de soro que eu tomei, pra não deixar a criança sair. Mas eles não sabiam se ainda estava viva. Tinha que fazer ultra-som e o INPS não paga. Então fiquei com medo da criança estar morta e eu tomando tudo aquilo para não abortar. Eu já tinha abortado um outro, na terceira gravidez, tenho quatro filhos. Mas daquela vez eu acho que tinha um motivo: eu tinha perdido um outro filhinho, de um ano e meio e fiquei muito abalada, não comia direito. Eu não achava que tinha ficado com alguma coisa por causa desse aborto, mas ninguém podia me olhar que eu chorava. Minhas duas irmãs também estavam grávidas, eu via a barriga delas crescer... o médico falou que era um fator emocional".



Jornal: EM TEMPO
23/7 a 6/8/1981
Data: 20
Pág.

Pasta n.º 0978
N.º do recorte

Falar do prazer, do corpo, dos filhos. Estórias de partos, de gravidez, de amamentação. Informação e naturalidade, principalmente. O grupo varia muito, entre 16 e 32 mulheres. Muitas levam amigas que vão num domingo, não aparecem mais. Talvez isso ainda aumente a dificuldade que já trazem de falar de si mesmas. Mas, de repente, um depoimento vem do fundo, alguma coisa difícil de dizer. É uma moça que quase nunca falava nada, informa Tereza, uma das "professoras".

Elas são mulheres jovens, donas-de-casa, algumas empregadas ou operárias, casadas com trabalhadores da construção civil e metalúrgicos. Só duas são solteiras. São mulheres para quem a maternidade, a gravidez, os filhos são coisas muito presentes, muito importantes nas suas vidas.

Os filhos, aliás, lotam a pequena sala do núcleo do PT do Grajaú, Zona Sul de São Paulo. No fim da tarde, quando já estão cansados, é impossível discutir. A sala do núcleo é pequena, pobre, paredes sem reboco, bancos. Para passar slides, é preciso puxar um fio da lâmpada que pende do teto. E elas se reúnem ali há dez domingos.

No início, o choque diante do cartaz mostrando os genitais externos da mulher, como se elas se olhassem "por baixo" no espelho. Mas da vergonha e dos risinhos, elas passaram a uma boa discussão sobre o prazer. Por que só o homem pode gostar de sexo? Por que o homem tem orgasmo mais depressa? Se a mulher quer, ele acha esquisito, mas como esposa tem que querer, como é que fica? Aprenderam palavras como óvulo, espermatozóide, trompas, orgasmo, ciclo menstrual.

Novas palavras, novos corpos

Chegavam em casa, iam conversar com os maridos, eles também não tinham informação. Como discutir contraceptivos sem os maridos? Elas mesmas propõem e eles topam. A primeira discussão mista: relações sexuais e masturbação. Pouco a pouco, operários da construção civil e suas companheiras vão discutindo sua vida íntima, em público e com naturalidade. Os homens dão exemplos de si mesmos, não de algum "amigo", de casos que ouviram falar. Um marido se manifesta contra a liberdade da mulher: "o homem tem um encarregado na fábrica e a mulher tinha um encarregado

antes de casar que era o pai e depois de casado passa a ser o marido". Protestos gerais.

Aos poucos, aquelas mães e donas-de-casa vão ganhando rosto, de alguma forma tomando posse de si mesmas: "Incrível como elas começaram a curtir seus corpos, a chegar mais bonitas na aula", comenta Maria José, a outra "professora".

O curso, planejado para dois meses, durou três e meio. A educação diferenciada do menino e da menina, a dependência econômica da mulher, a precariedade do atendimento médico, o plano do governo de controle da natalidade, desemprego, política econômica do governo e muitos outros temas entraram de fininho nas tardes de domingo e foram alongando as discussões previstas. A avaliação de todas é que o curso foi bom, informou muitas coisas, sabiam coisas erradas. E querem discutir mais: sobre aborto e menopausa, sobre educação sexual, como responder às perguntas de seus filhos.

De toda forma, o grupo de mulheres vai continuar, lutando por uma creche e por uma Casa da Mulher do Grajaú, sonho de um local para encontrar, com posto médico, cursos profissionalizantes, debates.

O curso

Maria José e Tereza, as duas "professoras", são participantes da Associação das Mulheres e especialistas em sexualidade. O curso do Grajaú, segundo elas, foi organizado a partir de uma experiência anterior na Móoca, que acabou se esvaziando.

Elas destacam a importância de não fazer discussões muito "pesadas", chatas: "uma mulher que se desloca para uma discussão no domingo à tarde está à procura de informação, mas também de lazer". Daí a importância dos slides, cartazes, das aulas objetivas, sem teoria desnecessária.

O curso é resultado da necessidade que elas sentiam de trabalhar com as mulheres da periferia, numa visão de que o feminismo "não é para ser discutido eternamente entre nós mesmas". No Grajaú, o convite partiu de mulheres petistas, que haviam organizado um curso de discussão na sede do núcleo. Foram nove aulas, com os temas definidos por uma discussão inicial, onde a

contracepção e a gravidez foram os mais cotados. Os outros temas entraram como subsídio para compreender estes dois:

- 1) O corpo da mulher, anatomia e fisiologia
- 2) O corpo do homem
- 3) Menstruação
- 4) Contraceptivos
- 5) Relações sexuais e masturbação
- 6) Planejamento familiar do governo
- 7) Gravidez

Diante dos outros dez pedidos de cursos que já receberam, Maria José e Tereza organizaram, com a presença principalmente de feministas, um curso para formar novas "professoras". Segundo elas, "as perguntas são as mesmas, parece um vídeo-tape das discussões no bairro". Para quem estiver interessada, elas estão preparando também a série de slides e cartazes utilizados no curso, que podem ser procurados na Associação das Mulheres, Rua Cardeal Arcoverde 2.109, Pinheiros, São Paulo.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*
Data: *15/08/81*
Pág: *3*

Pasta n.º
N.º do recorte.....

FSP 15/8/81
**A Palavra
do Leitor**

3
Reportagens sobre
a luta por creches

"Nós, da comissão de creche do CDDHVP (Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana), abaixo-assinados, queremos agradecer a cobertura que a "Folha" vem dando, nos últimos meses, ao movimento de luta por creches e aos movimentos populares.

"Entre muitas outras, queremos destacar a reportagem de Paulo Sérgio Scarpa, tendo como título: "O programa de creches é caro e falho", feita a partir da visita a 14 creches localizadas nas periferias da zona Leste e Sul da cidade. A sua leitura permitiu-nos fazer uma comparação com a creche aqui do nosso bairro: Parque Casa de Pedra, Jardim Joamar, na qual constatamos problemas idênticos.

"Diante desse trabalho e do trabalho de outros jornalistas da "Folha" — Maristela Mafel, Catarina Arimatéia e outros — só nos resta agradecer e fazer um apelo: gostaríamos de sempre contar com uma cobertura fiel aos fatos, relatando com veracidade os problemas enfrentados pelo povo das periferias. Nós somos, quase sempre, usados como objetos de manobras de politiquinhos, principalmente nas épocas de eleições. Portanto, necessitamos do apoio corajoso e fiel da imprensa."

Vanderlei Dambrós e mais oito assinaturas, (Capital, SP).

As cartas para esta coluna serão publicadas sempre que tiverem a identificação (nome e endereço e, se possível, telefone) do remetente. Por solicitação do interessado, a assinatura poderá ser omitida na publicação.

Subnutrição é investigada

Médicos pesquisam o problema, um dos mais sérios da área de saúde

DÁCIO NITRINI E JOSÉ ORTIZ

Os filhos de mulheres trabalhadoras são muito mais propensos à desnutrição do que os das donas de casa, mesmo que nos dois casos, a renda familiar e a quantidade de alimento adquirido mensalmente sejam iguais. Uma pesquisa realizada por médicos sanitaristas, entre 200 famílias do bairro de São Mateus, na periferia de São Paulo, revelou que isso ocorre porque os filhos das trabalhadoras não são alimentados de forma correta por seus irmãos, um pouco maiores de idade, mas ainda crianças, durante a ausência da mãe. A solução proposta por um dos pesquisadores, além de uma estratégia de desenvolvimento econômico adequada, implica a instalação de creches nos locais de trabalho e o incentivo ao aleitamento materno.

A estatura média de uma população é o retrato de seu estado nutricional na infância. E a população brasileira masculina, está 10,5 cm mais baixa que a norte-americana, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como padrão. Brasileiros e americanos, têm, em média, a mesma altura, no nascimento, torno de 50 cm. Mas ao final do primeiro ano de vida, devido à desnutrição, os brasileiros já são em média 4,6 cm menores que os norte-americanos. Esse é um dos resultados do estudo feito pelo professor Carlos Augusto Monteiro, do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e Marina Rea, da Secretaria da Saúde.

A desnutrição infantil continua sendo um dos mais graves problemas de saúde do País. Só em São Paulo, o Estado mais rico da Nação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 40% das crianças da faixa etária entre um e cinco anos de idade — o período mais vulnerável para a formação — são desnutridas. No Nordeste, o índice de desnutrição alcança 67,7% da população infantil.



Arlindo Flaviano, Fernando e Genival, sozinhos o dia todo.



Lenildo, Luciene e Pedro, sob os cuidados da mãe.

Só creches podem solucionar problema, conclui pesquisa

Mais da metade dos bebês de três a 18 meses de idade, filhos de mães trabalhadoras da periferia de São Paulo, são desnutridos. Por outro lado, apenas 8% das crianças dessa mesma faixa etária, e de famílias com renda igual às das mantidas por operários, mas com mães que não trabalham fora, enfrentam problemas de desnutrição. Isso foi revelado pela pesquisa realizada recentemente em São Mateus, por dois médicos sanitários. A mesma investigação está sendo feita por cientistas da Tanzânia e do Ceilão. Os resultados finais serão apresentados na próxima semana, durante o congresso promovido pela União Internacional de Nutrição, na Califórnia, Estados Unidos.

Essas pesquisas visam estudar formas de alimentação e índice nutricional das crianças que estão vivendo em locais de "rápidas e agudas transformações sócio-econômicas."

Ficou constatado, no caso de São Mateus, que os filhos de mulheres trabalhadoras, de maneira geral, têm estado nutricional um pouco pior do que os de mães que trabalham em casa. Mas, ao observar especificamente as famílias de baixa renda, "descobrimos que além de estarem em situação pior, eles começam a ficar subnutridos muito antes do que os filhos das mulheres que trabalham em casa", explicou o professor.

AMAMENTAÇÃO

Partindo dessas informações, os pesquisadores foram estudar os fatores que implicam nessa situação. Descobriram que nos dois casos — mães trabalhadoras e do lar — não havia aleitamento materno. Eram poucas as que davam o peito aos filhos. E viram que nas famílias mais ricas, eram as avós ou babás que cuidavam da comida das crianças.

No caso das mulheres pobres, que são obrigadas a trabalhar fora, exceto a existência de algumas avós que permanecem em casa, cuidando dos netinhos, são irmãos um pouco maiores, mas crianças ainda, que estão encarregados da alimentação dos mais jovens. "É isso é um fator que demonstra a precariedade da alimentação das crianças na periferia", diz Carlos Augusto Monteiro.

O professor explicou que a forma de alimentação, nesse estudo específico das famílias de baixa renda, "é uma variável importantíssima para se analisar o problema da desnutrição". Duas famílias em condições econômicas idênticas, com filhos da mesma idade, podem ter diferentes estágios nutricionais. Quando se faz aleitamento materno, a alimentação é simples, "a criança chorou, basta dar o peito".

A alimentação artificial, porém, implica em cuidados no preparo, esterilização, horário, "tarefas que acabam utilizando mesmo as mães mais ricas, de classe média, durante horas e horas do dia", diz o sanitário. Mas na periferia de São Paulo, "onde não existem boas condições sanitárias para mais da metade da população, e crianças são encarregadas de dar comida para os menores, a alimentação acaba sendo até desperdiçada, em diarreias, e vômitos, por exemplo.

CUIDADOS

"Precisamos ter preocupação também em como dar a comida e não só em obtê-la", lembra o professor, "porque nessa faixa de idade, de três a 18 meses, os bebês estão na fase mais vulnerável: eles têm estômago pequeno e devem ser alimentados de 3 em 3 horas, ou de 4 em 4 horas". Assim, embora as mães trabalhadoras acabem comprando a mesma quantidade de alimento que as mães donas de casa, ele não é absorvido por seus filhos.

Nesse quadro, onde essas mães se vêm obrigadas a trabalhar para o sustento da casa (30% delas, segundo a pesquisa, não têm marido), "a alimentação artificial exige uma infra-estrutura que não existe entre a grande maioria da população de São Paulo", afirma Carlos Augusto. Mas, para as mães que trabalham fora, incentivar o aleitamento natural é apenas criar mais um problema, atualmente, pois há poucas creches nos locais de trabalho "e o período de licença à lactante é curto", critica o professor.

ESTRUTURAL

Entender os fatores mais amplos que estão causando a desnutrição, ligados à estratégia de desenvolvimento do País, como o nível salarial, o poder aquisitivo da família e a exigência de alimentos, é fundamental para o professor Carlos Augusto Monteiro. Ele diz ser importantíssimo também analisar como está sendo feita a alimentação. E quais são as barreiras a enfrentar para fazer a comida chegar corretamente à boca das crianças".

Uma proposta, pelo menos, ele já está fazendo: além de lutar pela instalação de creches para as mulheres trabalhadoras, é preciso persuadir as mulheres donas de casa a resistir à publicidade do leite artificial, incentivando-as à amamentação, pois "não há alimento mais saudável e barato que o leite materno".

A estatura demonstra

Brasileiros e norte-americanos, ao nascerem, têm a mesma altura, em torno de 50cm. Mas ao final do primeiro ano de vida, os americanos já são, em média 4,6 cm maiores do que os brasileiros. A diferença vai aumentando lentamente e, na população masculina em idade pré-escolar, os brasileiros medem cerca de 7 cm menos que as crianças norte-americanas. A partir dos 10 anos, a diferença a favor da população americana aumenta rapidamente, até a idade de 14 anos, quando atinge 12,9 cm. Na faixa dos 18 anos, os americanos são 10,5 cm mais altos que os brasileiros, em média.

Esse é um dos resultados do estudo antropométrico da população brasileira, feito pelo professor Carlos Augusto Monteiro. A altura de uma população, segundo ele, é a "fotografia do que ficou faltando, em termos de nutrição, na infância de uma pessoa". Ressaltando que não está preocupado com a altura em si, Carlos explica que uma pessoa pode não ter crescido "pela não formação de enzimas, hormônios e outras produções metabólicas vitais para o desenvolvimento da criança". A pesquisa da altura da população brasileira, diz o professor, acrescenta valiosas informações ao perfil de saúde do País.

FONTE

O trabalho foi feito com informações oficiais, coletadas entre 1974 e 1975, pelo IBGE, que pesquisou 55 mil famílias de várias regiões brasileiras. Esse resultado, então, foi comparado com o norte-americano, que deu origem às curvas de crescimento populacional recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Analisando a estatura das populações, segundo a faixa de renda em cada uma das regiões brasileiras, ficou claro que é a renda o principal fator responsável pelas diferenças regionais em altura. A Pesquisa revelou, também, que nas famílias de alta renda, em qualquer região do país, as pessoas têm altura mais próximas da população norte-americana do que da população brasileira em geral.

Os valores médios de altura observados em cada uma das 7 regiões brasileiras, são variados, oscilando aos 18 anos, na população masculina, de 169,1 cm na região do Rio de Janeiro, a 162,5 na região do Nordeste, a mais pobre do país. Nestas duas regiões, aos 18 anos, as diferenças de altura com a população americana seriam, portanto, respectivamente, de 7,7 cm e de 14,3cm.

FASES

O trabalho mostrou que é no período de intenso crescimento dos dois primeiros anos de vida, e na fase do crescimento próxima à puberdade, que se estabelece a maior parte das diferenças de altura, observadas aos 18 anos, entre a população brasileira e a população norte-americana.

No Nordeste, onde constatou-se a menor estatura, média nacional, 63% das famílias pesquisadas estavam na faixa de "pobreza absoluta", enquanto em São Paulo, que tem a maior média de altura, apenas 12,5 eram de famílias da mais baixa renda. "Em todas as regiões é evidente que a altura é maior à medida em que sobe o nível de renda das famílias", conclui o professor Carlos Augusto Monteiro.

Sem almoço, todos os dias

Fernando da Silva, dois anos, fica praticamente sem comer até o final da tarde, quase todo dia. O mingado café com pão que toma bem cedinho é, às vezes, o único alimento até as 20 horas, quando sua mãe volta do serviço e lhe dá a janta: um prato de arroz com feijão, apenas. Só se alimenta antes quando um irmão maior prepara a comida.

Fernando não tem muita roupa. Nos dias de frio, brinca na favela da rua Maria Cruz, em São Mateus, apenas com uma camiseta fina, de manga curta, nu da cintura para baixo. Igual a seu irmãozinho Arlindo Flaviano, um ano mais velho, que também pisa descalço, no barro e nos esgotos a céu aberto da favela.

As duas crianças, enquanto a mãe trabalha fora, são vigiadas pelo irmão Genival, de oito anos, único a vestir calça, camisa, pulôver e tênis. Tem um brinquedo — uma metralhadora de plástico, quebrada — na mão direita. Cuidar dos irmãos, para Genival, significa “andar com eles por aqui”.

Genival desconhece o pai. A mãe, Teresa de Jesus da Silva, trabalha na Secretaria da Fazenda, “passando pano e limpando escada”. Ganha oito mil cruzeiros por mês. Veio da Bahia. Sai às seis horas da manhã de casa e volta à noite. “Entra às oito, mas leva duas horas pra chegar no serviço, de ônibus”, informa o menino.

Seus dois irmãos estão resfriados, sujos: “Se estou com fome? Estou não... De tarde a gente come...”, disfarça Genival. Assim como as outras

duas crianças, tem um ar triste, apático, anêmico.

Há também um irmão de 13 anos, encarregado de cuidar deles. Acontece que Tarcísio — esse irmão — cata papelão para vender e não para na favela. “Quando ele chega, às quatro da tarde, faz a comida”, diz Genival.

A alimentação é sempre a mesma: café e pão, cedo, e arroz com feijão, à tarde ou à noite. A mãe, por precisar trabalhar, nunca amamentou ~~nenhum~~ filho. Carne, verduras, ovos ou leite, não dá para comprar, nunca.

A favela também tem mães em casa, às vezes. E o caso de Maria Cordeiro de Lemo, 28 anos, que cuida dos três filhos enquanto o marido trabalha de servente de pedreiro em Santo André.

O salário do marido — Cr\$ 10 mil — segundo ela, não dá para comprar muita coisa. “De manhã a gente toma café, pão e manteiga. Leite não. O almoço é arroz e feijão. Carne e verdura é muito difícil ter na mesa. O almoço é às 13 horas. A janta é a mesma comida do almoço, requentada”.

Os filhos de Maria — Lenildo, 5 anos, Luciene, 6, e Pedro, 3 anos — comem melhor (almoçam, ao menos) do que os filhos de Teresa. Mas a diferença é tão pouca que os filhos de Maria também estão frequentemente doentes, “com resfriado e disenteria”. A diferença é que têm sapatos e agasalhos, parecendo mais felizes e brincalhões, devido à presença da mãe.

Em Osasco, mães fazem mutirão e creche é aberta

DENISE NALALE

Há pouco tempo, o filho de oito meses da doméstica Renée Maria de Brito, funcionária de um hospital e moradora do bairro de São Vitor, em Osasco, sofreu violenta queda, fraturou o crânio e quase morreu, no horário em que a mãe estava trabalhando. Com seis filhos para criar e mais um que deve nascer em breve, Renée não se permite ficar em casa, tomando conta dos filhos. O marido não consegue emprego fixo e o jeito é sair para o trabalho, deixando-os sozinhos.

Por esses motivos, Renée ficou entusiasmada com a creche municipal que começou a ser construída em seu bairro, uma antiga reivindicação da população. Cadastrou dois filhos, fez parte do mutirão de limpeza que lavou brinquedos, limpou vidros e varreu jardins e, hoje, participa da inauguração da creche "Alegria da Criança", às 18 horas, à rua São Zacarias, 20. Inicialmente, a creche deve atender trinta crianças, mas espera abrigar mais cinquenta que já estão em lista de espera.

SEGURANÇA

"Esta creche calu do céu" — diz Renée. "Há muito que as moradoras deste bairro estão pedindo creche, porque a mais próxima, do bairro de Santo Antonio, não consegue atender as mães daqui. Agora posso trabalhar tranquila porque sei que meus filhos estarão seguros, vão comer e dormir na hora certa. E eu estarei aqui sempre que puder, dando minha contribuição. Já estou trazendo amostras grátis de remédios, para distribuição através do médico, às mães do bairro, com filhos aqui."

A creche "Alegria da Criança" — nome escolhido pelas próprias mães que estão criando a Associação das Mães da Creche — vem sendo reivindicada há algum tempo pelas moradoras do bairro carente de São Vitor, em Osasco. Depois de entendimentos com a Prefeitura e o proprietário do terreno, a casa que sedia de creche, passou por reformas e foi acompanhada, nesse processo, pelas próprias mães que iriam ocupá-las, cadastradas por assistentes sociais ou que requisitaram vaga.

DECISÕES

Foram elas que decidiram o horário de funcionamento — das 7 às 18 horas — que ainda será reestudado, bem como o adiamento do uso do uniforme. "Não temos ainda condições de pagar por um uniforme. Então, decidimos que assim que nossa situação melhorar, vamos pensar no assunto", assinalou Vita de Melo, oito filhos, sendo que dois conseguiram vaga na creche, de forma que ela poderá arrumar emprego, novamente.

As crianças com idade entre seis a cinco anos serão atendidas por funcionários selecionadas entre as moradoras do bairro, fato que, para Maria de Jesus Gonçalves, que se diz em situação desesperadora e que pagava Cr\$ 2.500 para que uma vizinha cuidasse de seus dois filhos, é a solução mais acertada. "Assim, a gente sabe na mão de quem estão nossos filhos. É também é mais fácil acompanhar seu desenvolvimento, na creche."

As crianças terão atendimento médico, que será feito semanalmente por um médico e devem se alimentar, no futuro, com os produtos colhidos na horta que começa a ser plantada, com a supervisão da diretora da creche, Delse Alves. Além disso, um bazar de pechinchas, com peças obtidas através de doações, deve reunir verba extra para resolver pequenos problemas da creche.

INCENTIVO

"Alegria da Criança" será a primeira creche criada através de convênio mantido com a Legião Brasileira de Assistência LBA, através do qual, a Secretaria da Promoção Social de Osasco recebe ajuda; e segundo Cella Piteri, esposa do prefeito Guaçu Piteri, do (PDT), "A Prefeitura vem recusando convênios "fantasmas" que indústrias vêm nos propondo. Elas oferecem Cr\$ 200 mensais por uma vaga de berço. Com essa negativa, tentamos pressioná-los a manterem suas próprias creches."

"A proposta de creches como esta" — continua — "quer levar o mesmo carinho e cuidado dispensados pelas mães aos seus filhos, em casa. Incentivamos, sobretudo, sua participação, seja no trabalho de limpeza ou mesmo na administração, o que tem trazido bons resultados."

Para lembrar

*“Não há dúvida de que
para um problema
complexo como o da
alimentação, necessária se
faz a procura de múltiplas
soluções e a participação
de muitas pessoas
e instituições.”*

**Dr. José Eduardo
Dutra de Oliveira,**
prof. da Universidade de São Paulo
“Folha”, 7.8.81

Mulheres procuram manter os espaços conquistados

LUCIA AMARAL

A crescente expressão social que tem adquirido o movimento de mulheres coloca-o, hoje, diante de uma questão decisiva: que política lhe permitirá fortalecer-se e ocupar eficazmente os espaços que vem conquistando?

As respostas mais em voga não são alentadoras.

De um lado, encontramos a visão manipuladora que encara o movimento de mulheres como mera força auxiliar para a conquista de objetivos que tal ou qual grupo político considera prioritário. As lutas que devem ou não ser levadas adiante já es- tão predeterminadas: contra a carestia, por melhores salários e pela Constituinte. Todas as outras aspirações das mulheres são consideradas secundárias, sendo na prática congeladas enquanto tais objetivos não forem atingidos. O paroxismo a que as brigadistas do jornal "Hora do Povo", levaram esta concepção torna-a até cômica, mas isto não é monopólio seu. Com algumas nuances, o mesmo maniqueísmo está presente nas propostas de várias outras tendências da esquerda.

Os grupos feministas são os que mais se opõem a essas velhas bitolas. Mas nem por isso têm sido capazes de oferecer uma alternativa correta ao movimento de mulheres. Entre muitas feministas existe uma visão intimista de que as impede de entender a opressão das

mulheres como questão social. Aprisionam-se a uma prática cultuadora das sensações e emoções individuais cujo alcance social é nulo.



Se o movimento de mulheres dependesse exclusivamente desses dois extremos, ele permaneceria num impasse. A experiência que as feministas tem tido no SOS Mulher de São Paulo, se bem analisada, pode apontar novos caminhos contribuindo para que se rompa definitivamente com esse dilema entre o politicismo e o intimismo. Os 700 casos de mulheres espancadas, violentadas ou apenas à procura de apoio e solidariedade, atendidos em um ano de existência, mostra, antes de tudo, que não podemos nos contentar com a atuação tímida em torno de temas bem comportados e aceitos pelo conjunto do movimento de mulheres como as creches, a contracepção ou a formação profissional. Evidentemente, não se trata de diminuir a importância destas reivindicações. O que mostram o SOS Mulher-SP é que existem outros problemas em nossa sociedade que estão adormecidos, que são pudicamente calados e que, no entanto, são cruciais. Cabe-nos despertá-los, cabe-nos trazê-los à tona, transformando as "vítimas" silenciosas em mulheres conscientes e dispostas a mudar.

Ao revelar para o conjunto da sociedade a situação dramática de mulheres espancadas, ao criar um serviço que, além de prestar solidariedade, socorre, orienta, assiste, o SOS contribuiu inclusive para esvaziar

uma desgastante polêmica que ocupa um tempo excessivo nas discussões internas do movimento: devemos dar prioridade aos problemas "específicos" das mulheres ou a questões mais abrangentes. Imprópria mas corriqueiramente intituladas "gerais"? Controvérsia repleta de fórmulas gastas que pretendem nos ensinar a trilha segura que levaria as mulheres à consciência, opondo mecanicamente a luta pela bica d'água numa favela, a campanhas com vistas a conquistar a própria dignidade do sexo feminino.

Hoje, à luz da experiência do SOS, podemos dizer que, se as mulheres de um bairro querem lutar para melhorar suas condições de moradia, tanto melhor. Elas encontrarão apoio no movimento de mulheres, nos partidos políticos de oposição, nas associações de bairro e assim por diante. Mas se elas quiserem individualmente, ou mesmo coletivamente, lutar

contra o espancamento, contra a violência de que são vítimas em casa, nas ruas, no trabalho, então só lhes restará o movimento de mulheres, pois nenhum outro segmento da sociedade, por mais sensível que seja, as conduzirá nesta luta. Cabe a nós, mulheres, lutar e conquistar uma nova cidadania.

Todavia, para aprofundar este início de prática independente, para tirar todas as lições que a experiência de luta contra a violência pode nos dar, devemos começar por abandonar a visão purista e moral que, ao identificar na politicagem de alguns setores um grande mal, procura o "bem" numa negação em bloco da política.

Precisamos fazer política. Uma política feminista que está em gestação. E isto pode ser ilustrado com o próprio exemplo da luta contra a violência. Ao combatermos a visão patriarcal e machista que toma a mulher como propriedade, que acobera, quando não justifica o espancamento, que submete a esposa ao marido pela força, não se pode acreditar em solução a curto prazo. Se o fizermos estaremos subestimando as origens da injustiça, que se encontram na própria formação da sociedade. Estaremos nos auto-iludindo. Ao mesmo tempo que fazemos a denúncia do espancamento, não devemos subestimar as conquistas possíveis através de campanhas potencialmente mobilizadoras. É justamente o caso da luta contra a "legítima defesa da honra". Recurso medieval, que contraria a própria Declaração dos Direitos do Homem, que liberta os assassinos de suas esposas, que avilta a memória da vítima em processos repugnantes e que constitui um verdadeiro incentivo público ao crime.

Uma campanha pela abolição dessa excrescência institucional pode se tornar uma grande campanha nacional. Cabe a nós feministas organizá-la e dirigí-la de modo a que sensibilize o imenso leque de forças sociais e políticas que podem nos apoiar.

O presidente de um sindicato de trabalhadores, os membros da Comissão Justiça e Paz ou os parlamentares de oposição não precisam ser feministas para juntarem suas vozes às nossas nessa campanha. E, no entanto, poderão pretender-se democratas silenciando junto com os assassinos?

Que ninguém se iluda. Isso é fazer política, política feminista. As alianças, as conquistas parciais, as pequenas vitórias longe de serem desmobilizadoras, materializam nossa luta pela libertação da mulher. De que vale mirar um objetivo justo mas inatingível e ficar no seu canto tremendo de medo de ser "recuperado"? A rede Globo ou o jornal "Hora do Povo" não estão esperando nossa autorização para "recuperar" um tema tão lucrativo como a luta das mulheres. Ou somos capazes de propor uma política, fazer alianças e dirigir o nosso movimento, ou acabaremos por nos contentar em transformar nossos grupos feministas em minicêntricos de terapia de grupo. O processo de reflexão sobre nossa vida-mulher, este processo que nos faz feministas, é sem dúvida fundamental. Mas, se isolado da dimensão social e política da questão feminina, nos impedirá de agir, nos jogará sempre na estéril dicotomia da "luta geral" versus "luta específica". A crítica da politicagem e do oportunismo não pode não levar à negação da política em si, mas deve nos fortalecer na vontade de fazer política de outra maneira. O real alcance da noção de autonomia do movimento de mulheres está aí. Não é sendo "marginais" que seremos autônomas. Não é tampouco no antipartidarismo que preservaremos nossa autonomia. Ela só será garantida quando conseguirmos, de fato, dirigir nossa luta contra a opressão sexista, conquistando o apoio do conjunto das forças democráticas. Nossa autonomia se encontra justamente na proposta de uma política para o conjunto das mulheres.

Lúcia Amaral (Cuca) é da Associação das Mulheres Jany Chiriac.

Jornal: *Folha de São Paulo*
Data: *17.08.81*
Pág. *3*

Pasta n.º
N.º do recorte.....

**A Palavra
do Leitor** ^{F/SP 17/8/81} 243

Ainda as reportagens
sobre as creches

Do Movimento de Luta por
Creches, desta Capital:

"Vimos, por meio desta, agradecer a excelente cobertura que tem sido dada à questão da falta e da precariedades das creches em São Paulo.

"A matéria assinada por Paulo Sérgio Scarpa nos sensibilizou particularmente pela seriedade do minucioso trabalho de visita às creches que foi feito, e que finalmente trouxe a público a confirmação de nossas denúncias. A ele, pedimos que transmitam a nossa admiração. A página do dia 23 de julho, com a sua diversidade de enfoques, confirmou a precariedade da situação, situando-a em seu contexto real, como foi brilhantemente feito por Odon Pereira. Aos dois, e à direção desse jornal, nossos agradecimentos, e mais uma vez nossos parabéns pela seriedade com que têm informado seus leitores."

Creches: candidatos devem retirar ficha informativa

A partir de hoje e até dia 21 próximo, os 42.572 concorrentes às 2.200 vagas de trabalho nas creches da Prefeitura deverão retornar aos postos de inscrição (supervisões regionais) para retirarem o respectivo cartão de informação, a fim de fazerem as provas escritas programadas para o dia 23. A Coordenadoria do Bem-Estar Social divulgará em breve os locais e horários das provas escritas, que terão questões específicas para cada uma das funções a serem exercidas nas creches municipais: auxiliar de diretor de creche, auxiliar de cozinha, cozinheiro, auxiliar de enfermagem, professor de educação infantil, pajem serviçal I (faxineiro, lavadeira e passadeira) e serviçal II (contínuo, porteiro e guarda) e zelador. A relação das matérias sobre as quais versarão as provas foi divulgada pelo "Diário Oficial" do Município, no período de 3 a 8 último. No dia 10 de setembro serão divulgados os resultados, sendo considerado habilitado o candidato que tirar nota igual ou superior a 50 pontos. Auxiliar de diretor de creche e auxiliar de enfermagem são as funções em que os aprovados perceberão salários mais altos (Cr\$ 26.909,54), enquanto os que conseguirem um lugar de serviçal I, ficarão com salário mais baixos (Cr\$ 10.270,00).

CRECHES: BAIRROS FAZEM REIVINDICAÇÕES À COBES



F. tarde
20/8/81

As crianças estão em creche improvisada na SAB do Jardim São Nicolau

Uma comissão de moradores dos bairros do Jardim São Nicolau e Burgo Paulista, na Penha, Zona Leste, esteve ontem cedo na Coordenadoria do Bem-Estar Social — Cobes, para cobrar do coordenador Wilson Quintela a inauguração de uma creche e construção de outras nesses bairros, prometidas pelo órgão em reunião anteriores com os moradores.

A creche do Jardim São Nicolau, com capacidade para 150 crianças, já já deveria ter sido entregue à população há mais de dois meses, segundo a moradora Nidia Maria da Silva, mas Wilson Quintela suspendeu a inauguração porque a construção apresentou problemas na parte hidráulica e encanamentos. Depois de mandar providenciar os reparos no prédio, o coordenador prometeu aos moradores que a unidade seria inaugurada em 1.º de setembro próximo, o que não será cumprido, de acordo com Quintela, em função do processo de seleção de funcionários



Wilson Quintela fala à comissão de moradores

para trabalhar na creche, o que será realizado no próximo domingo.

Enquanto aguardam a inauguração da nova unidade, os moradores têm deixado seus filhos na sede da Sociedade Amigos, Jardim São Nicolau, on-

de há quatro anos foi improvisada uma creche, através de convênio com a Cobes, segundo informou o morador Vitor Martins Oliveira.

Lá estão abrigadas 42 crianças, mas as condições de funcionamento são precárias, já que não há equipamentos para

uma instalação adequada. Na sede há um amplo salão onde estão alguns colchões, cadeiras e um pequeno palco, além de um refeitório e uma pequena cozinha, mas o local não mais poderá ser utilizado a partir de 1.º de setembro, porque o prédio foi alugado para outra atividade, acrescentou o morador.

Wilson Quintela garantiu, no entanto, que esse problema será solucionado de alguma forma, através da transferência das crianças para outro local, sob a responsabilidade da Cobes, até a inauguração da nova creche, que ele prevê para o início de outubro. Dentro de dez dias o coordenador se comprometeu a dar uma resposta sobre essa questão aos moradores, que sugeriram, por sua vez, que as crianças utilizem parcialmente a própria creche nova, antes da inauguração, mesmo sem a colocação de todos os equipamentos necessários ao seu funcionamento.

O coordenador acatou a idéia, mas disse que antes tentará entrar em contato com a diretoria da Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau, para conseguir a prorrogação do novo contrato de aluguel da sede. Sugeriu também que as crianças sejam transferidas para creches próximas da região, encarregando-se do transporte diário para esses locais.

BURGO PAULISTA

Os moradores do Burgo Paulista cobraram do coordenador o início da construção da creche do bairro, prometida para o dia 1.º de agosto último, em recente reunião de Wilson Quintela com a população da região, segundo a moradora Maria do Carmo. Wilson Quintela reiterou sua promessa e informou que na última segunda-feira foi aberta licitação pública para as empreiteiras interessadas, cujo resultado estará definido no final do mês, quando então começará a obra.

Moradores cobram abertura de creches da Prefeitura

Uma comissão de moradores dos bairros do Jardim São Nicolau e Burgo Paulista, na zona Leste, esteve ontem na Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) da Prefeitura, para cobrar a inauguração de uma creche e a construção de outras, prometidas pelo titular do órgão, Wilson Quintela.

F/SP 20/8/81
Segundo uma das moradoras, Nádia Maria da Silva, a creche do Jardim São Nicolau, com capacidade para 150 crianças, "já deveria ter sido entregue há mais de dois meses", mas Quintela alegou que o adiamento se deveu a problemas na parte hidráulica. Feitos os reparos, foi marcada a inauguração para o próximo dia 1.º, mas Quintela admitiu que o prazo não poderá ser cumprido, "já que a contratação de pessoal depende do concurso de seleção que será realizado no próximo domingo".

O novo adiamento, de acordo com outro morador, Vitor Martins de Oliveira,

"trará problemas", já que a sede da SAB do Jardim São Nicolau vinha servindo de creche improvisada, mediante convênio com a Cobes, mas a partir de 1.º de setembro, o prédio estará ocupado por outra atividade.

Quintela prometeu entrar em contato com a direção da SAB para prorrogar o convênio. Se isto não for possível, comprometeu-se a fornecer transporte para que as crianças sejam deslocadas para outras creches da região.

BURGO PAULISTA

Os moradores do Burgo Paulista cobraram do coordenador o início da construção da creche do bairro, prometida para o dia 1.º de agosto, em reunião com representantes do bairro, explicou uma moradora, Maria do Carmo. Quintela disse que na última segunda-feira, foi aberta a licitação relativa à obra. "Eu prometi para agosto. Não foi no dia 1.º, mas será no dia 31. Estou dentro do prazo."

Prédio deteriorado ameaça as crianças

Telhas e vidraças quebradas e paredes rachadas, com visíveis sinais de umidade. Este é o estado em que se encontra a creche "Lar do Filho do Trabalhador", na Freguesia do Ó, denunciado através da "Folha Emergência" e constatado pela reportagem. A creche, mantida pela Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó, abriga 60 crianças entre dois e seis anos, mas sete delas tiveram de ser afastadas para tratamento médico, pois, segundo a diretora Antonieta Rodrigues Siqueira, "adoeceram quando a última chuva forte alagou os berços".

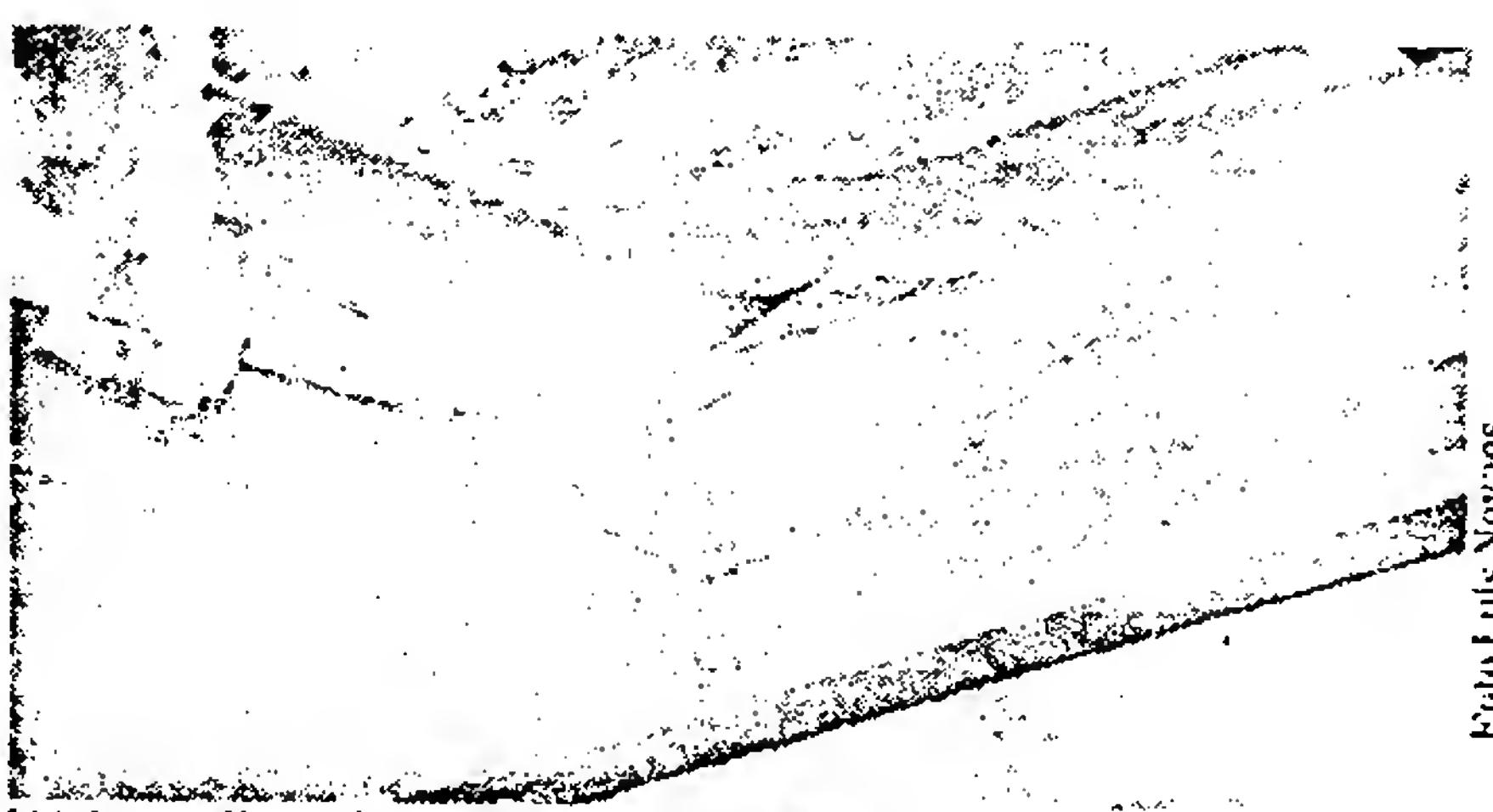
A creche "Lar do Filho do Trabalhador" vai completar 24 anos de fundação e funciona basicamente nos fundos do prédio número 35 do largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó (há ainda um outro prédio, para a administração e a cozinha). Desde sua fundação, informou Antonieta Siqueira, a creche não passou por nenhuma reforma substancial. "E isso aqui pode desabar a qualquer momento", disse ela, acrescentando que vem pedindo,

há um mês, providências da entidade mantenedora, "sem que eles façam qualquer coisa".

F/SP 1/8/81
GOTEIRAS

"Quando chove forte — garantiu a diretora da creche — o galpão onde ficam as crianças alaga completamente, porque está cheio de goteiras. Os vidros estão quebrados, a pia da cozinha está vazando, as calhas estão entupidas, há rachaduras nas paredes. Há umidade nas paredes do galpão e da sala da administração. Isso aqui está precisando de uma reforma completa e a Obra Assistencial não faz, usa toda a verba na construção da nova creche, a 'Menino Jesus', que vai ter cinco andares".

O diretor da Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó, Armando Bassani, reconheceu que o prédio precisa de "uma reforma completa", mas assegurou que "as crianças não correm perigo ali e as reformas só podem começar quando estiver pronta a outra creche. Se não, onde é que nós vamos colocar as crianças durante as obras?"



Várias telhas da creche estão quebradas.

Foto Luis Novais

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha São Paulo*
Data: *23/08/81*
Pág. *—*

Parte n.º
N.º do recorte.....

Prova para creches será feita amanhã

Os 42.572 candidatos às 2.200 vagas nas creches municipais farão amanhã, às 9 horas, a prova escrita de conhecimentos específicos. A Coordenadoria de Bem-Estar Social (Cobes) avisa que eles deverão comparecer às 8h30 ao local indicado no Cartão de Informação ao Candidato, munidos de documento de identidade, caneta esferográfica, lápis número dois e borracha. A prova terá duração de três horas.

Os candidatos serão distribuídos por 85 colégios, ocupando 1.292 salas de aula. A Fundação Carlos Chagas — que realiza o concurso — mobilizará 2.592 fiscais e 170 coordenadores. Os resultados serão divulgados dia 10 de setembro. Os candidatos que obti-

verem nota igual ou superior a 50 serão classificados por ordem decrescente e função, entre os inscritos numa mesma supervisão regional. Em caso de empate, as vagas serão preenchidas preferencialmente por servidor municipal; casado ou viúvo com maior número de filhos; casado; e de maioridade.

A prova escrita terá questões objetivas, para verificar se os candidatos têm condições de desempenhar as funções de auxiliar de diretor de creche, auxiliar de enfermagem, professor de educação infantil, pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servicial 1 (faxineiro, lavadeiro, passadeiro), servicial 2 (contínuo, porteiro, guarda) e zelador.

R43

Santos amplia internação de crianças com as mães

Ex-SP. 23/8/81 p. 26

ELAINE SABOYA
Da sucursal de
SANTOS

Por que só os ricos podem ficar com seus filhos internados num hospital, evitando traumas muitas vezes irrecuperáveis para as crianças? Esse privilégio, que foi estendido aos segurados do Inamps pelo pediatra Paulo Sérgio de Andrade e Silva no Hospital da Beneficência Portuguesa, em Santos, sem despesas para o Instituto nem para os segurados, acaba de ser adotado também na Santa Casa da cidade. E o Ministério da Saúde, depois de ler a reportagem a respeito publicada em *O Estado de S. Paulo*, enviou carta ao médico Paulo Sérgio aplaudindo a iniciativa e manifestando interesse em apoiá-la e divulgá-la em outros serviços de pediatria no País.

Enrique Rivero Ortiz, diretor da Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil do Ministério da Saúde, menciona a reportagem do *Estado* e pede maiores detalhes sobre a experiência. Só agora, com o trabalho científico concluído, é que Paulo Sérgio vai mandar um relatório ao Minsistério, mostrando que a presença da mãe ou de algum parente muito próximo, durante a hospitalização (internação conjunta) acelera a recuperação da criança, reduzindo o tempo de internação, pelo menos de oito para cinco dias.

Isso também elimina os perigos de "hospitalismo", a doença que aflige as crianças separadas de suas mães e que foi descrita em 1945 por Spitz. Os especialistas mencionam, entre outros efel-

tos, conforme a idade da criança e o período de internação, o seguinte: retardamento de crescimento e desenvolvimento, maior vulnerabilidade às infecções, perturbações digestivas e nutritivas, dermatoses, manifestações psicossomáticas, distúrbios do sono e da linguagem, hiperemotividade e variações de humor, diminuição da afetividade, desorientação, indiferença, agressividade, depressão, regressão e perturbações da personalidade.

A psicóloga Benedita de Lourdes Carvalho Rodrigues considera a internação conjunta uma idéia excelente, porque a presença da mãe possibilita um conflito a menos, entre as dificuldades a que são expostas as crianças hospitalizadas. "Para as crianças pequenas — afirma — fica difícil entender por que precisam ficar no hospital e que aquela fase é passageira. Se estiver longe de casa, o trauma será maior: ela pode imaginar que não voltará nunca."

Mas a psicóloga considera importante que a mãe não fique tensa junto ao filho, para não lhe transmitir insegurança ou medo diante de uma doença, ou preocupação por ter deixado outros filhos em casa com problemas. Assim, no caso de a mãe estar muito nervosa, Benedita de Lourdes recomenda que seu lugar no hospital seja ocupado por uma pessoa também próxima da criança, porém mais tranqüila.

O chefe do Serviço de Medicina Social do Inamps na Baixada Santista, Edmon Atik, aplaude a internação conjunta, destacando "o pioneirismo dos hospitais santistas". O trabalho inicia-

do pelo pediatra Paulo Sérgio, segundo Atik, representa também uma economia para o setor de saúde do País, ao racionalizar os recursos disponíveis e oferecer maior rotatividade de vagas e redução dos custos operacionais, sem contar os benefícios para as crianças, "que representa, o fator mais importante". Mas ele admite que o Instituto não pode obrigar todos os hospitais a adotar a experiência, porque isso depende "da estrutura de cada um".

Para a enfermeira-chefe do Hospital Santo Antônio da Beneficência Portuguesa de Santos, Ausma Aguiar, os pais também são beneficiados com a internação conjunta. Nessa enfermaria, não há choro de crianças, nem nas salas onde ficam as que serão submetidas a cirurgias. Ausma compara o momento da separação entre mãe e filho "às cenas trágicas de um velório ou um enterro, quando há gritos e muito choro".

Nem todas as mães ou parentes podem ficar com seus filhos no hospital: no período analisado por Paulo Sérgio de Andrade e Silva, apenas 54,7% deles aproveitaram a internação conjunta. Mas as crianças que ficaram desacompanhadas, talvez por causa do ambiente mais calmo da enfermaria, também se recuperaram com maior rapidez do que o esperado. Com frequência, as mães que alimentam e levam seus filhos se interessam pelos que estão nos leitos vizinhos, sem acompanhantes. E os pediatras, "angustiadíssimos por verem as crianças sem as mães, procuram apressar as altas".

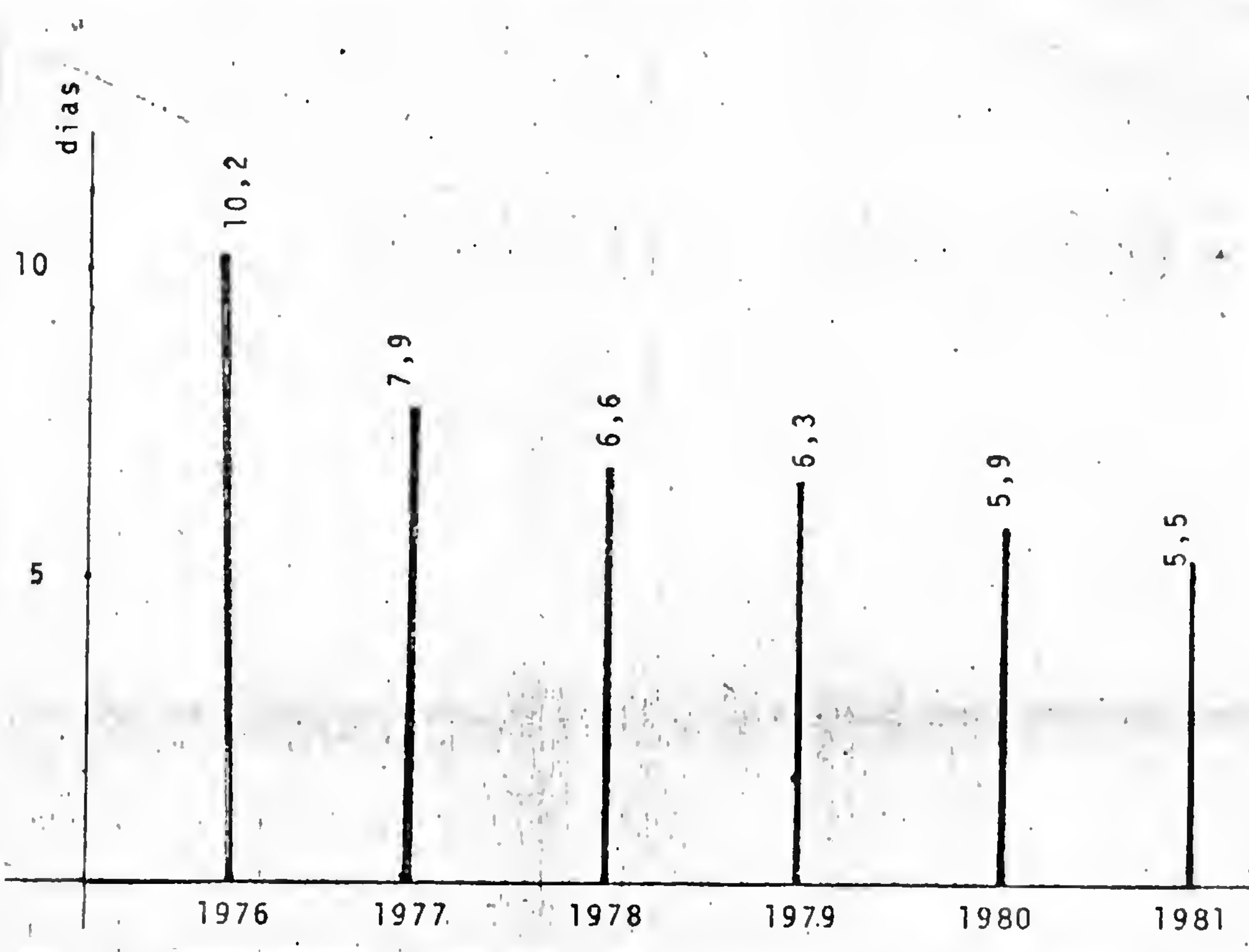
O tratamento torna-se bem mais rápido

Em 1976, as crianças internadas na Beneficência Portuguesa de Santos tinham uma média de permanência de 10,2 dias de hospitalização. Com a internação conjunta, adotada aos poucos desde 1977, esse período caiu para 7,9, conforme o gráfico elaborado pela equipe de Paulo Sérgio de Andrade e Silva. Em 1978 caiu para 6,6, em 1979 para 6,3, em 1980 para 5,9 e neste ano para 5,5. Somente em maio é que a medida se tornou plena, sem restrições e oficial. Nos anos anteriores, houveram algumas interrupções e resistências por parte de alguns pediatras plantonistas e do pessoal de enfermagem, além de dificuldades do hospital. Chegou a haver permissões, por algum tempo, apenas para casos especiais, como amamentação, primeiro trimestre de vida ou trauma psicológico grande, entre oito meses e três anos de idade.

"O sistema não deixa de ser fiscalizador — admite Paulo Sérgio. Há um leigo dentro da enfermaria coletiva, dia e noite, e embora ele assine, na entrada, um compromisso com dez orientações, como não conversar alto, não fumar pelos corredores ou dar alimentos sem ordem médica, podem surgir alguns problemas. Pois é sempre um leigo sem estrutura psicológica para compreender o dia-a-dia do hospital e suas falhas, o que causa alguns transtornos à antiga ordem."

Mas não há aumento de despesas para o Instituto ou para o hospital, a não ser maiores volumes de roupas para lavar. Isso porque as mães pedem maior frequência na troca de fraldas. A alimentação fica por conta dos acompanhantes — eles só recebem uma cadeira para sentar, onde alguns dormem, ou se revezam com parentes.

MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM ENFERMARIA COLETIVA DE PEDIATRIA



Arquivo

A presença da mãe reduz os conflitos da hospitalização

Candidatos fazem *FILHO 24/8/81* exame para creches

A Fundação Carlos Chagas realizou ontem o concurso para preenchimento de 2.200 vagas em creches da Prefeitura, com a participação de 42.437 candidatos para os onze cargos oferecidos (auxiliar de diretor de creche, auxiliar de enfermagem, assistente de administração, atendente de enfermagem, professor de educação infantil, pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servical 1 e 2 e zelador). Os resultados serão divulgados no dia 10 de setembro pela Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), que pretende contratar os primeiros 1920 aprovados até novembro.

Os primeiros aprovados, segundo o coordenador Wilson Quintela Filho, trabalharão nas 64 creches que já estão concluídas, enquanto que os demais serão chamados à medida em que forem sendo entregues outras doze unidades.

Os 42.437 candidatos prestaram o concurso em 89 escolas na área das 15 Administrações Regionais e os aprovados trabalharão no local mais próximo de sua residência.

O maior número de candidatos foi registrado na Administração Regional de São Miguel Paulista, com 5.763, seguido por Itaquera com 4.193. Os cargos mais procurados foram auxiliar de diretor, auxiliar de cozinha e servical 1 (faxineiro, lavadeiro e passadeiro).

Os salários variam de Cr\$ 10.502,00 para servical 2 (contínuo, porteiro e guarda) até Cr\$ 26.909,54 para auxiliar de diretor e auxiliar de enfermagem. Além do salário, todos os aprovados terão direito a fazer suas refeições na creche e prioridade na matrícula de seus filhos.

NOVAS CRECHES

A coordenação da Cobes revelou que atualmente, estão sendo construídas 12 creches por mês, a um custo médio de Cr\$ 15 milhões.

"O nosso grande problema para implantar novas creches é a falta de terrenos da Prefeitura. Nós vamos ter agora que desapropriar áreas particulares para atingir o ritmo exigido nas construções. Mas a desapropriação praticamente dobrará o custo", afirmou Quintela.

CRECHES: 42.437 PESSOAS

CONCORREM ÀS 2.200 VAGAS

A Fundação "Carlos Chagas" realizou ontem o concurso para preenchimento de 2.200 vagas em creches da Prefeitura, com a participação de 42.437 candidatos para os 11 cargos oferecidos (auxiliar de diretor de creche, auxiliar de enfermagem, assistente de administração, atendente de enfermagem, professor de educação infantil, pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, serviçal 1 e 2 e zelador). Os resultados serão divulgados dia 10 de setembro pela Cobes-Coordenadoria do Bem-Estar Social, que pretende contratar os primeiros 1.920 aprovados até novembro.

Os primeiros aprovados, segundo o coordenador Wilson Quintela Filho, trabalharão nas 64 creches que já estão concluídas, enquanto os demais serão chamados à medida em que forem sendo entregues outras 12 unidades, cuja contratação foi iniciada esta semana.

Os candidatos aos 11 cargos concorrerão às vagas existentes

no âmbito de sua Administração Regional e deverão ser convocados na medida das necessidades. "Agora nós teremos um cadastro, ao qual recorreremos sempre que precisarmos de funcionários. Nós só voltaremos a fazer outro concurso para os cargos que não tiverem mais candidatos aprovados", explicou Wilson Quintela Filho.

Os 42.437 candidatos prestaram o concurso em 89 escolas na área das 15 Administrações Regionais e os aprovados trabalharão no local mais próximo de sua residência.

O maior número de candidatos foi registrado na Administração Regional de São Miguel Paulista, com 5.763, seguido por Itaquera, com 4.193. Os cargos mais procurados foram auxiliar de diretor, auxiliar de cozinha e serviçal-1.

Os salários variam de Cr\$ 10.502,00, para serviçal-2

(contínuo, porteiro e guarda), até Cr\$ 26.909,54, para auxiliar de diretor e auxiliar de enfermagem. Além do salário, todos os aprovados terão direito a fazer suas refeições na creche e prioridade na matrícula de seus filhos.

NOVAS CRECHES

A coordenadora da Cobes revelou que a Prefeitura quer acelerar a construção de creches na periferia, para atingir a meta de 300 unidades até o fim do próximo ano. Atualmente, estão sendo construídas 12 creches por mês, a um custo médio de 15 milhões de cruzeiros. Esse número deverá ser duplicado nos próximos meses.

"O nosso grande problema para implantar novas creches é a falta de terrenos da Prefeitura. Nós vamos ter agora que desapropriar áreas particulares para atingir o ritmo exigido nas construções. Mas a desapropriação praticamente dobrará o custo", afirmou Quintela.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: FOLHA DA TARDEData: 25/08/81Pág. —

Pasta n.º

N.º do recorte

Atores solicitam ajuda para creches

Os atores Paulo Goulart e Nicete Bruno solicitaram ontem ajuda ao prefeito Reinaldo de Barros para a Casa da Fraternidade, entidade de caráter filantrópico que o casal mantém no Jardim Santo Elias, na Administração Regional Pirituba-Perus.

Paulo e Nicete pediram verba para a construção de um ambulatório médico e instalação de gabinete dentário, solicitação que o prefeito prometeu estudar. O casal também dirige uma creche, na mesma área, que atende a 30 crianças, em convênio com a Prefeitura.

25/8/81

LBA quer fazer mais creches

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) lançará, em outubro, um programa destinado à construção e manutenção de creches em todo o País, com a ajuda financeira de bancos e empresas de diversos setores. A presidente da entidade, Lea Leal, informou, durante a mesa-redonda "Abra espaço para a pessoa deficiente", realizada ontem no Maksoud Plaza Hotel, que a nova campanha visa elevar de 300 mil para um milhão o número de crianças atendidas nas creches da LBA.

F/SP 26/8/81
Explicou que "não podemos contar apenas com os recursos oficiais, principalmente diante da crise enfrentada pela Previdência Social, que nos destina 1% do seu orçamento". Nos entendimentos preliminares ficou acertado que as instituições colaboradoras destinarão o equivalente a uma ORTN (cerca de Cr\$ 1.200) para a manutenção de cada criança, mensalmente.

Creches: LBA recorre ao setor privado



No encontro da LBA, Abreu Sodré defende uma legislação para o deficiente

Um programa para a construção e manutenção de creches populares em todo o País, envolvendo a participação da rede bancária oficial e particular e empresários de vários setores, será lançado oficialmente pela Legião Brasileira de Assistência — LBA, durante a Semana da Criança, no mês de outubro. De acordo com a presidente da entidade, Léa Leal, que ontem presidiu a mesa-redonda "Abra Espaço para a Pessoa Deficiente", realizada no Maksoud Plaza Hotel, a campanha terá o lema "Ajude a LBA a Ter Uma Creche em Cada Comunidade" e objetiva aumentar de 300 mil para um milhão o número de crianças atendidas.

Léa Leal disse que a idéia do programa surgiu com a necessidade de a LBA arrecadar recursos junto à comunidade, "pois já não podemos contar apenas com os recursos do Governo, especialmente diante da crise que a Previdência Social enfrenta, sendo que o órgão nos destina 1% de seu orçamento como verba". A partir daí, foram procurados o ministro da Fazenda, os presidentes da Caixa Econômica Federal,

Banco do Brasil e Confederação Nacional de Bancos, para uma participação financeira no programa de creches.

A presidente da entidade anunciou ontem que a proposta foi aprovada em todos os níveis e ficou acertado que as entidades oficiais e particulares manterão as creches a um preço de 1 ORTN (cerca de Cr\$ 1.200,00) por criança, mensalmente. Um protocolo de intenções será assinado em outubro entre banqueiros e a LBA.

Quanto à construção das creches, a entidade está pedindo que os empresários participem com uma quantia média de um milhão e meio de cruzeiros. Algumas serão construídas e outras implantadas em salas doadas por Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, sociedades amigos de bairro, centros sociais, centros espíritas, "ou qualquer entidade interessada".

Segundo Léa Leal, a previsão é de que cada creche abrigue 30 crianças. A "motivação especial", como Léa Leal está classificando este seu empenho no programa, para a implantação das creches "é importante porque damos assistência social,

de saúde e alimentar às crianças e permitimos que sua mãe trabalhe para aumentar a renda familiar".

DIFICULDADES

Ontem, a presidente da LBA voltou a alertar sobre as dificuldades financeiras que as entidades filantrópicas estão enfrentando em todo o País. Segundo ela, muitas estão ameaçadas de fechar por falta de dinheiro e a própria LBA já pediu uma suplementação de verba, que ela se recusa a dizer de quanto, para o Ministério da Previdência Social, para poder levar à frente seus programas.

Um deles, pelo menos, já está com seus recursos quase no fim. É o que atende a 150 mil deficientes físicos e mentais em todo o País. Dos 15 bilhões de cruzeiros destinados à entidade, por ano, dois bilhões são para os deficientes. No mês de setembro, segundo Léa Leal, a suplementação, que está sendo examinada pelo Ministério do Planejamento, deverá ser aprovada sob risco de muitos programas serem desativados.

Jornal: *Estadão*

Data: *26/08/81*

Pág.: *12*

Folha n.º

N.º do recorte

Aleitamento reduzido no NE R12

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inam), Bertoldo Kruse, anunciou ontem os resultados da pesquisa realizada em São Paulo e em Pernambuco para conhecer, por amostragem, os níveis de aleitamento materno atingidos antes e depois da Campanha Nacional de Incentivo ao Aleitamento, desenvolvida pelo Ministério da Saúde. Segundo a pesquisa, 91,3% das mulheres paulistas iniciam o aleitamento natural, com uma média de duração de 44 dias, enquanto em Pernambuco 88% das mulheres amamentam, interrompendo aos 15 dias.

Explicando que as mulheres que têm mais informações são as que mais amamentam, o presidente do Inan disse, ainda, que 37,7% das mulheres de São Paulo que trabalham fora deixaram de amamentar aos 15 dias, índice que aumenta em Pernambuco, chegando a 52%.

Entre as mulheres paulistas mais pobres, a administração de leite artificial aos 15 dias ocorreu em 34,7%, e em Pernambuco, em 15%.

Na relação entre ocupação, renda e educação, a pesquisa mostra que 4,1% das mulheres deixam de trabalhar após o parto e, entre as pessoas pesquisadas, os jornais e revistas têm baixa penetração enquan-

to 80% em São Paulo e 77% em Pernambuco preferem a televisão.

Lembrando que a pesquisa contou com o apoio técnico da Unicef — instituição que tem participado da Campanha Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno — o presidente do Inan mostrou ainda que 34% das mulheres paulistas tiveram parto por cesareana, enquanto em Pernambuco esse índice ficou em 24,7%. A maioria das mães entrevistadas amamentou entre 12 e 24 horas após o nascimento da criança e apenas 20% em São Paulo e 10% em Pernambuco não amamentam à noite.

Segundo Bertoldo Kruse, os resultados da pesquisa serão processados para futura comparação.

Estado 29/8/81 p. 12

OS SINDICATOS E A DITADURA

Movimento 24 e 30/8/81

Movimento apresenta aos seus leitores sua segunda **Edição Especial** do ano de 1981. Em abril, apresentamos a **Edição Especial** sobre o regime militar (**O Estado Militar**). Agora, por ocasião da Conclat apresentamos esta edição sobre os sindicatos e o sindicalismo no Brasil, intitulada **Os Sindicatos sob o Regime Militar**.

A presente **Edição Especial** possui quatro objetivos fundamentais: 1. fornecer ao leitor um levantamento sistemático de informações sobre os sindicatos de trabalhadores no Brasil; 2. denunciar, com base em material informativo, a política sindical do regime militar e o peleguismo; 3. fornecer elementos para a avaliação do estágio atual da luta do movimento sindical contra o peleguismo e a ditadura militar; 4. debater as principais questões, referentes à luta sindical e à **estrutura** organizativa dos sindicatos, nas quais divergem mesmo as correntes que combatem o peleguismo. Esse elenco de metas exige de um jornal independente como **Movimento**, que conta com limitados recursos materiais e é permanentemente perseguido pelo regime militar e pelo terror fascista, um esforço muito grande. Em alguns pontos, portanto, nossa cobertura pode ter ficado aquém do ideal.



Passeata das mulheres em São Bernardo pelo fim da intervenção nos sindicatos, 1980

A presente **Edição Especial** dedica 17 páginas aos sindicatos de trabalhadores e à luta sindical no Brasil. O conjunto dessas matérias encontra-se dividido em seis partes. A **primeira parte** (pp. 3, 4, 5 e 6) visa fornecer um amplo elenco de informações sobre o número de sindicatos oficiais existentes, sua distribuição por regiões e por categorias, o modo de funcionamento, as finanças e a sindicalização de vários sindicatos oficiais de diferentes regiões do país. A **segunda parte**, à página 7, apresenta a política da ditadura militar para os sindicatos oficiais. A **terceira parte** (pp. 8 e 9) trata da situação das entidades que desempenham funções sindicais sem serem atreladas ao Estado, ou seja, os sindicatos não oficiais. A **quarta parte** (pp. 10, 11 e 12) analisa a legislação sindical fascista, seu funcionamento e o organismo (Ministério do Trabalho e DRTs) incumbido de aplicá-la. A **quinta parte** desta edição, às páginas 13 e 14, reporta a situação e as formas de luta contra o peleguismo no interior da estrutura sindical atrelada. Por último, a **sexta parte** apresenta seis polêmicas candentes do movimento sindical em nosso país.

Além das pessoas que assinam as matérias, esta edição **Os Sindicatos sob o Regime Militar** contou com a participação de inúmeros colaboradores e jornalistas das sucursais de **Movimento** e com o grupo de intelectuais que, há um ano, vem colaborando, como assessores, com o nosso jornal.

Capa de Jota
Foto de Ricardo Malta/Agência F4

NOSSA OPINIÃO

Conclat: hora de unir contra regime militar

A realização da Conclat aberta na Praia Grande, em São Paulo, neste último fim de semana, é de grande importância. Ela se dá num momento de crise, numa conjuntura instável, que exige solução. A Conclat é uma oportunidade que se apresenta para as correntes sindicais antipelegas lutarem pela direção do movimento sindical brasileiro, sistematizarem e agitarem um programa de luta para o movimento sindical. Esse programa possui dois pontos básicos: a luta contra a política governamental de jogar o peso da crise econômica nas costas dos trabalhadores e, portanto, a denúncia e rejeição da proposta patronal e governamental de "pacto social"; a luta pelas mais amplas liberdades políticas e sindicais e, portanto, pela substituição do regime ditatorial militar, por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, convocada por um governo democrático e

não pela ditadura militar. Se se conquista a unidade em torno desses pontos, uma unidade sem peleguismo e sem conciliação, as massas trabalhadoras e, com elas, toda a frente oposicionista, terão dado um grande passo no rumo de impor a sua solução para a grave crise que o país atravessa.

A realização da Conclat é fruto dos recuos que os trabalhadores e os setores democráticos impuseram ao regime militar. Há três anos, um encontro nacional de trabalhadores como esse seria impossível. De lá para cá, multiplicaram-se as grandes greves, os encontros regionais e por categorias de trabalhadores; foi realizado um primeiro encontro nacional de trabalhadores (o Entoes); surgiram articulações como a Unidade Sindical. Essas iniciativas e articulações, muitas vezes de conteúdo político e sindical distinto, indicam, no geral,

as possibilidades de avanço da luta sindical dos trabalhadores.

A Conclat é importante, porém, possui limitações. Essas limitações provêm, fundamentalmente, do fato de os trabalhadores não terem efetiva liberdade sindical e política; de no país existir uma ditadura militar e uma estrutura sindical de modelo fascista.

O regime ditatorial controla e manobra muitos pelegos que estarão presentes na Conclat e vários boicotaram a sua realização; a ligação de grande parte dos sindicatos com as massas é precária; correntes sindicais combativas pecaram pela omissão na preparação da Conferência; as associações sindicais não oficiais, desatreladas, foram prejudicadas pelo critério de escolha de delegados. Mas, apesar disso, ela representa um espaço privilegiado para as correntes sindicais combativas, democráticas e populares soldarem um programa mínimo para o movimento sindical e, em torno dele, dar passos importantes para unificar as grandes massas trabalhadoras na luta contra os efeitos destrutivos da crise econômica e contra o regime militar.

Estado p.35

**LBA: 39 anos
de assistência
aos carentes**

30/8/81
R94

A Legião Brasileira de Assistência completou, no dia 28 último, 39 anos de ininterrupta atividade, a partir de sua fundação ocorrida em 28 de agosto de 1942, quando foi criada a entidade para assistir às famílias dos pracinhas que participaram da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial.

O superintendente estadual da LBA, Emílio Julianelli, em nome da presidente da entidade — Léa Leal — congratulou-se com todas as pessoas que de forma direta ou indireta prestam ou emprestaram seus serviços à entidade beneficiando pessoas carentes, tanto homens como mulheres e, principalmente, crianças. Disse que apenas no Estado de São Paulo a LBA deu assistência, no ano passado e nos programas permanentes, a mais de 600 mil pessoas carentes pelas áreas de atendimento básico à família, das creches, dos excepcionais, dos idosos, da legalização do homem brasileiro, da educação para o trabalho e da saúde e nutrição. Sem contar, prosseguiu, com a assistência efetuada às vítimas de calamidades ou programas desenvolvidos em épocas determinadas como o de colônias de férias.

Deu ênfase especial ao trabalho efetuado pelo corpo de voluntários que considerou como base para a ação assistencial da entidade, pelo seu espírito social e cristão, pelo Programa Nacional do Voluntariado-Pronav-LBA.